



**ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO
CEARENSE PÓS-
GRADUAÇÃO EM ACESSÓRIAS PARLAMENTAR**

ANNE KAROLINE MORAIS DE OLIVEIRA

OS DESAFIOS DA MULHER NA POLÍTICA CEARENSE

**FORTALEZA
CE2023**

OS DESAFIOS DA MULHER NA POLÍTICA CEARENSE

ANNE KAROLINE MORAIS DE OLIVEIRA

Trabalho de conclusão do curso para obtenção
do grau de pós-graduação em Assessoria Parlamentar
pela Escola Superior do Parlamento Cearense.

Orientadora: Professora. Ma. Carla Dornelles
da Silva

FORTALEZA
CE2023

OS DESAFIOS DA MULHER NA POLÍTICA CEARENSE

ANNE KAROLINE MORAIS DE OLIVEIRA

BANCA EXAMINADORA

Dedico este trabalho a Deus, a minha família por serem essenciais no meu viver e em especial a minha mãe, que sempre me apoiou e me incentivou durante minha caminhada. Agradeço, também, a professora Carla Dornelles por me orientar e acompanhar o desenvolvimento deste trabalho de forma brilhante.

OS DESAFIOS DA MULHER NA POLÍTICA CEARENSE

Anne Karoline Morais de
Oliveira¹CarlaDornelles
daSilva²

RESUMO

O presente trabalho visa analisar sobre a política das mulheres cearenses e as causas que possam impedir sua inclusão efetiva no cenário legislativo e ou executivo. Considerando que há mais

de vinte anos desde o início da implantação da Lei nº 9.504 (Lei das Eleições, Tribunal Superior Eleitoral, 1997) de cotas no Brasil, objetivando a paridade entre homens e mulheres para a ocupação, constata-se o baixo número de vereadoras, deputadas e senadoras. Para este estudo, fez-se levantamento sobre a participação das mulheres eleitas para o executivo municipal cearense no mandato de 2009 a 2012. Torna-se importante ressaltar a especificidade do campo político cearense que incorpora tanto prefeitas enviadas de um discurso de renovação, quanto representantes do executivo que atuam como reprodutoras de bases tradicionais do poder. As redes interativas provenientes dessa participação impõem desafios para compreender tanto a condição de gênero no executivo como as dinâmicas do poder local. Para tanto, o método de pesquisa qualitativo possibilitou a coleta de informações de artigos e livros dos autores Lúcia Avelar, Irllys Barreira, Clara Araujo, Flavia Biroli e entre outros. Assim sendo, resalta-se sobre a especificidade do campo político cearense que incorpora o gênero feminino enviados de um discurso de renovação. As redes interativas provenientes dessa participação impõem desafios para compreender tanto a condição de gênero no executivo como as dinâmicas do poder local.

Palavras-chave: Representação Política. Mulheres. Campo Político. Estado do Ceará.

-
- 1 Graduada em Jornalismo e Pós-graduada MBA em Assessoria de Comunicação – Centro Universitário Estácio do Ceará.
 - 2 Mestre em Educação Brasileira UFC; Especialista em Psicologia da Família numa Abordagem Sistêmica-UNIFOR, Psicopedagoga – ASSELVI/SC, Psicóloga – PUCRS, professora em IES de Graduação e Pós-graduação.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the politics of women from Ceará and the causes that may prevent their effective inclusion in the legislative and/or executive scenario. Considering that more than twenty years ago, the implementation of Law N° 9,504 (Election Law. Superior Electoral Court, 1997) of quotas in Brazil began, aiming at parity between men and women for the occupation, there is a low number of female councilors, congressmen and senators. For this study, a survey was carried out on the participation of women elected to the municipal executive of Ceará in the mandate from 2009 to 2012. executive representatives who act as reproducers of traditional bases of power. The interactive networks arising from this participation pose challenges to understanding both the gender status of the executive and the dynamics of local power. Therefore, the qualitative research method allowed the collection of information from articles and books by authors Lúcia Avelar, Irllys Barreira, Clara Araujo, Flavia Biroli and others. Therefore, it is emphasized the specificity of the Ceará political field that incorporates the female gender sent from a discourse of renewal. The interactive networks arising from this participation pose challenges to understanding both the gender status of the executive and the dynamics of local power.

Keywords: Political Representation. Women. Political Field. State of Ceará.

1. INTRODUÇÃO

A construção de uma carreira política ocorre por diversos fatores: primeiro é necessário o recrutamento por parte dos partidos políticos, que analisam o cenário social e suas atuações em espaços de articulação e mobilização, como movimentos sociais, militância nos bairros ou no próprio partido. Esse contexto pode potencializar o anseio de pessoas como candidatas através do ambiente político-institucional, vislumbrando, assim, uma possibilidade de vitória eleitoral. O desejo de participar de uma campanha, também, pode partir de uma vontade própria de uma pessoa, por uma causa que lutam, pelo reconhecimento de seu trabalho ou atuação, entre outros fatores. Nas últimas décadas, o campo político vem adquirindo expressividade, tanto nos meios de comunicação como no ambiente intelectual, a discussão sobre a participação feminina nos espaços formais de poder. Análises de diferentes matizes e interpretações buscam explicar as razões da “baixa participação” de mulheres na esfera política exemplificada principalmente em termos numéricos.

Considerando essas circunstâncias, os homens acabam sendo estruturalmente privilegiados na mobilização de recursos que viabilizam a construção de uma carreira política de sucesso, ou seja, interesse em ingressar no campo político. Assim, esse campo é visto como um espaço naturalmente masculino, onde eles se sentem representados e integrados, mas existe uma desigualdade entre homens e mulheres quando, entre outras questões, elas são as mais afetadas pelo desemprego, pela insegurança alimentar, pela violência e pelas desigualdades salariais, então desde o recrutamento de candidaturas, refletindo no quadro de eleitos para as instâncias executivas e legislativas, onde observa-se que a maioria das cadeiras segue majoritariamente ocupadas por homens (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015).

Através deste trabalho, vamos investigar e estudar a participação das mulheres nas campanhas políticas, refletir sobre os motivos pela pequena representatividade das mulheres nas urnas. Segundo o autor, Alves se afirma que esse fato seria explicado por um eventual machismo do eleitorado e existência de uma rejeição popular às administradoras do sexo feminino (ALVES, 2004, p57). O problema da baixa presença das mulheres nos executivos municipais, conclui Alves, se dá não na disputa do voto nas ruas, mas nas “salas fechadas das convenções partidárias que optam pela tradição da indicação preferencialmente de homens para as prefeituras”. Assim o autor assegura que a questão do crescimento da participação feminina nos vários espaços do legislativo, especialmente no âmbito local, contribuiria para a maior inserção da mulher no mundo da política e para o crescimento das candidaturas ao executivo municipal.

Ao analisar o quadro de candidatos e eleitos no parlamento cearense no século XX, observa-se que as mulheres passaram a ingressar nos cargos representativos no Estado apenas na década de 1940, cerca de 15 anos após a aprovação do sufrágio feminino. Um memorial organizado pela Assembleia Legislativa do Ceará apresenta o quadro a respeito da inserção no parlamento e a participação política das mulheres no estado, afirmando que

A participação feminina nos espaços de decisão política no Ceará só foi acontecer efetivamente a partir de 1947, quando foram eleitas quatro vereadoras: Isabel Oliveira Ramos (Aquiraz), Zélia Martins Ramos (Cariré), Filomena Sampaio Martins e Aldenora Bezerra Lins (Milagres). Somente em 1950, Maria Eulália Odorico de Moraes foi eleita a primeira mulher vereadora da capital cearense. (CEARÁ, 2011, p.21)

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, até 2020 no Ceará, havia 6.567.760 eleitores, sendo 52,49% do total, somando 77.649.569. Os homens somam 70.228.457 eleitores, sendo 47,48% do total. Apesar de as mulheres serem a maioria do eleitorado cearense, ainda hoje, evidencia-se a desproporcionalidade da representação política feminina, contando na Assembleia Legislativa com 5 mulheres dentre 46 cadeiras; na Câmara Municipal de Fortaleza com 10 mulheres entre 43 vereadores/as e na Câmara Federal, com apenas 2 mulheres entre 22 representantes, dados esses disponíveis no site do Tribunal de Justiça do Ceará (Brasil, 2022).

Considerando esse contexto, na presente pesquisa buscou-se compreender como ocorre a inserção das mulheres na política no Ceará, tendo como objeto de investigação conhecer as trajetórias daquelas que atuaram de maneira pioneira. Para tanto, no seguinte trabalho abordou-se sobre a participação das mulheres na política cearense, bem como, realizou-se uma análise documental de obras historiográficas, artigos e autores que falam sobre essa atuação da mulher o meio político. No primeiro momento foi discutido o referencial teórico, abordando a literatura sobre gênero e política. Posteriormente, apresentou-se algumas trajetórias das mulheres pioneiras na história política do Ceará, e por fim as reflexões gerais nas considerações finais.

2 METODOLOGIA

As relações de poder incorporadas à política institucional brasileira são constituídas a partir de uma lógica patriarcal que define o que é público e o que é privado, quem serão

os indivíduos aptos a ocupar papéis nesses espaços. Para as mulheres são direcionadas ao lar, a família, o cuidado, tudo o que está designado ao âmbito privado. Os homens, por conseguinte, são estimulados a desenvolverem atividades nos espaços públicos, sendo a participação política uma expressão da apropriação desse campo.

Portanto, essa socialização diferenciada reflete as dificuldades das mulheres conseguirem ingressar no espaço político. Para exercer um mandato ou mesmo ocupar cargos de gestão, o que pode contribuir com uma carreira política, é preciso tempo, acesso aos principais materiais

formativos e aos grupos políticos que reconheçam seu trabalho. Para Biroli (2018, p. 175), “abaixa presença e mesmo a ausência das mulheres em cargos eletivos e de primeiro escalão no âmbito estatal, não significa que elas não atuem politicamente, mas sim que essa participação é dificultada”, visto que estes são ambientes historicamente considerados masculinos.

O gênero feminino atua nos movimentos sociais, na militância dos partidos e trabalhadas nas campanhas políticas das companheiras, com importantes contribuições, demonstrando um expressivo desequilíbrio entre sua atuação política e a ocupação dos cargos de poder, assim sendo, para que o gênero feminino tenha condições de igualdade para disputar os processos eleitorais, precisam ser resistentes dentro dos partidos e ultrapassar os empecilhos em todo o processo de consolidação de uma campanha, como os obstáculos materiais, simbólicos e institucionais que erguem barreiras, dificultam sua atuação e alimentam os circuitos da exclusão (BIROLI, 2018).

Segundo Mesquita (2013) esse processo de exclusão compromete tanto a entrada das mulheres na política quanto a obtenção do capital político necessário para galgar as vitórias eleitorais desejadas. Esse capital político é fundamental na construção de toda carreira política, é o que dá legitimidade junto aos partidos e seus aliados, assim como junto ao eleitorado, para a ocupação de cargos no legislativo e no executivo. Corroborando com este pensamento:

O campo político é um universo social como todos os outros, no qual se trata de poder, de capital, de relações de força, de estratégias de manutenção e de conservação das relações de força aí instituídas. Assim, a atuação de homens e mulheres na esfera política institucional alia-se, dentre inúmeros outros fatores, pela preocupação masculina em manter sua posição dominante, excluindo outros grupos dos polos de poder, e pela feminina em subverter a sua posição de dominada. (PINHEIRO, 2007, p.43)

Ressalta-se que, mesmo que políticos homens também se beneficiem desse tipo de capital, para as mulheres esse acaba sendo um dos principais meios de ingresso frente a falta de referências sociais que os relacionem ao campo político. Sendo assim, vê-se o capital político de familiares sendo transferido aos quadros femininos, se tornando um diferencial importante que pode alavancar candidaturas de mulheres (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015).

A sub-representação das mulheres na política é uma realidade constatada em grande parte

dos países do mundo. No Brasil, mesmo correspondendo percentualmente a mais da metade do eleitorado nacional, as mulheres desempenham um papel de menor relevância no campo da política. Nesse texto, parte-se do pressuposto teórico de que a democracia brasileira só será plena quando todos os seus cidadãos forem representados, participando ativamente da condução do destino do país - contribuindo assim para construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Portanto, frente aos desafios de adentrar nos espaços de representação política por serem mulheres, as pioneiras são aquelas que primeiro rompem barreiras tão fortemente construídas com base no patriarcado, precisando para isso ter uma excelente leitura de contexto, criar estratégias, provar constantemente suas capacidades para abrir portas para as que virão depois delas.

2.2 COLETA DE DADOS

SCHULZ & MORITZ (2015) argumentam que houve um significativo avanço na representação feminina na política desde que foram as cotas de participação obrigatória, todavia, não são suficientes para reverter as desvantagens das mulheres na esfera política. Mesmo com a existência de cotas, a maioria dos partidos políticos não consegue cumprir-las, por consequência, as mulheres enfrentam um conjunto maior de dificuldades ao se lançarem à corrida eleitoral. Em entrevista a candidata Mary Santos, que disputou o cargo de Deputada Estadual pelo PMB em 2022, relata a existência de dificuldades em sua atuação justamente por ser mulher e que envolve todo um processo de sua atuação política, de candidatas às eleições, sendo assim, salientada a questão de falta de apoio partidário:

[...] o partido não reconhece a importância da mulher, então, portanto, ele não dá dinheiro pra você, não dá tempo de televisão pra você, não dá oportunidade pra você tentar debater... eles escolhem um grupo, geralmente homens, e esse grupo que é apoiado em todos esses sentidos de abrir portas, entendeu? [...] eles deixam você participar, mas não promovem você na eleição, em nenhum sentido [...] não ajudam... não sei se não atrapalham... não fazem nada pela candidata mulher. Aí, eu fiz sozinha, né?! Eu e meus relacionamentos pessoais, meus amigos, minha rede. (Entrevista realizada pela autora – Anne Morais)

Nesse sentido, Homola (2019) expõe que os partidos agem sendo mais responsivos às preferências de homens do que de mulheres no que tange às suas atuações de maneira geral. Como resultado, o processo de eleição para a candidata é ainda mais desafiador. Além disso,

através de uma pequena entrevista a vereadora de Fortaleza, Estrela Barros, ela destacou a existência de conflitos referentes aos papéis assumidos pelas mulheres:

[...] eu sabia o que eu enfrentaria eleita e no processo eleitoral, mas, mesmo assim, eu decidi encarar o desafio e decidi participar. Acabou dando certo, me elegi e estou aqui hoje, com inúmeras dificuldades porque realmente não é fácil para mulher. Agente acaba tendo esse monte de papéis que a gente assume no dia a dia, a política acaba ficando muito pesada para o dia a dia. Ao contrário do que as pessoas pensam, exige muita dedicação, exige que nos finais de semana eu tenho que estar aqui, nos finais de semana eu tenho que viajar para a base, tem que ter tempo para você, tempo para a família... tempo para as relações pessoais praticamente não tem mais, você acaba abrindo mão. Os homens também fazem isso, não são só as mulheres, mas, a gente acaba... a gente não deixa de ser mãe, não deixa de ser dona de casa, não deixa de ser esposa. Estrela Barros – Vereadora de Fortaleza (Entrevista realizada pela autora – Anne Morais)

Neste sentido, as participantes comentaram sobre as dificuldades referentes à atuação. Elas destacaram sentir que um dos motivos que as impedem de executar suas atividades igualmente, apesar da sub-representação, é a existência de uma série de estereótipos e a necessidade de provar suas competências:

“As mulheres acham que elas chegam aqui e que vão se dar bem. Não é. Eles dizem que não tem preconceito, não é bem assim... Eles te testam e te testam muito. Eles partem do princípio de que se você é mulher, for novinha e bonitinha, não é capaz... se for loira, mais burra ainda. Então, eles testam, testam e você tem que provar que você tem capacidade, com bons argumentos de que você sabe o que está fazendo e que você é inteligente. Acima de tudo, se eles desconfiarem que você não é inteligente... acaba com o contido” Cláudia Gomes – Vereadora de Fortaleza. (Entrevista realizada pela autora – Anne Morais)

Percebe-se que apesar de existirem incentivos para que a mulher participe desse cenário, o ambiente político não é um lugar onde homens e mulheres compartilham das mesmas oportunidades. E, tratando-se de situações críticas, Cláudia Gomes salientou a existência de percalços construídos pelos próprios colegas: “eles tentam lhe desmerecer, desmerecer a sua causa... dizer que sua causa é ridícula, é menos necessária...”

2.3 RELATOEANÁLISEDOSDADOS

Nota-se que as entrevistadas percebem sofrer discriminações no ambiente político, contudo, não associam esta discriminação a uma prática consciente, mas, a algo inerente ao espaço tradicionalmente masculino no qual estão inseridas. Além disso, quando atuantes em ambientes predominantemente masculinos, espera-se das mulheres posicionamentos mais brutos e agressivos, em razão do ideal de estereótipos de gênero. E, essa questão se revela marcante, nestas pesquisas, na percepção como mulher candidata, também, às eleições municipais e estaduais, pois se trata de um ambiente político. Pode-se perceber que por mais que tenham sido eleitas da mesma forma que os colegas homens, as mulheres são vistas pejorativamente, como sensíveis e emocionais demais para ocupar cargos políticos conquistados por direito. É possível afirmar que o gênero do representante político conduz às expectativas por parte da sociedade acerca dos traços, competências, posicionamentos e crenças deste representante.

Ao se definir um contexto de sub-representação, as mulheres vêm se destacando cada dia mais com a sua atuação no meio político onde vem conseguindo adentrar esse campo e passam a ser consideradas exemplos, uma construção emblemática de uma representação política marcada pelo pioneirismo (BARREIRA, 1998).

Quando as mulheres conseguem alcançar um posto de liderança dentro dos partidos ou sendo candidatas, mesmo sendo poucas, não a fazem de forma silenciosa, demarcam que a vitória não é só para ela e sim para todas as mulheres, é uma vitória coletiva, ritualizam essa entrada, seja comemorando a capacidade de “romper barreiras”, seja enfatizando sua capacidade para o exercício da função em reação aos preconceitos historicamente arraigados, que associam negativamente gênero feminino e desempenho político (BARREIRA, 1998, p.105).

Pode-se perceber que existem diversos desafios no percurso de inserção e atuação da mulher no ambiente político. Estes desafios, conforme destacado por não resultam apenas do preconceito e demais questões históricas arraigadas no sistema, mas especialmente, por serem minoria na esfera política. Nesse contexto, os posicionamentos e as lutas das mulheres eleitas são questionados com mais frequência do que o de colegas homens.

2.4 DISCUSSÃO DOS DADOS

Percebe-se que o ambiente político não é pensado para ser um ambiente onde o sexo masculino ou feminino tenha as mesmas oportunidades. As mulheres relatam reiteradamente que lidam com questões culturais enraizadas, como o machismo decorrente de um ambiente predominantemente masculino. Além disso, consideram que a inserção neste ambiente ocorre de forma tardia, assim, ainda há muitos fatores a serem transformados. Destaca-se, ainda, a necessidade de conciliar família e vida pessoal a uma organização que demanda mais do que a jornada de trabalho propriamente dita. Em suas funções estão inclusos viagens, compromissos externos, demandas de uma parcela da população e toda a alta carga de responsabilidades sociais. Assim, por vezes, a falta de apoio familiar e de pessoas próximas pode fragilizar a conquista de maior representatividade da mulher na política.

É nesse cenário turbulento de inserção de mulheres no âmbito político que se catalisa o processo de empowerment das representantes, sejam ainda candidatas ou eleitas. Isto porque o ambiente de poder na política é marcadamente masculino e, ao buscarem adentrar essa esfera, as mulheres enfrentam uma série de desafios, como os que aqui foram mencionados: falta de apoio partidário, conflito trabalho-família, necessidade de provar suas competências e intimidações por parte dos correligionários homens.

Para então romperem com o sistema de poder que simbolicamente está detido na figura masculina, elas se veem na necessidade de refletir e adaptar o seu comportamento no sentido de reunir forças e recursos pelo bem das causas que defendem (Pinto, 2012). Essa reflexão está intimamente relacionada à constituição do seu empoderamento (Ninacs, 2003), uma vez que a cidadã reconhece que sua representatividade é constantemente ameaçada por conta do contexto machista do poder público legislativo. Por sua vez, a adaptação de comportamentos resultante da aprendizagem no exercício da prática política auxilia na construção do seu empoderamento, especialmente na sua autoestima, afinando a sua concepção identitária sobre o significado de ser mulher e do seu valor na política.

Ademais, ainda, em relação ao processo de empowerment ocorre uma mudança social na

criação de competências coletivas quando as mulheres passam a enfrentar os desafios catalisados pelo ambiente político. A inspiração e participação de mais pessoas envolvidas nesse processo e, também, na ampliação do conhecimento desses desafios contribui para a busca por mudança, ainda que distante de uma realidade de direitos iguais entre os sujeitos envolvidos.

As estratégias de enfrentamento dos desafios relacionados às desigualdades e desvantagens de poder na sociedade, basicamente, buscam ir contra o que refletem os desafios de âmbito social das mulheres na política. O que as mulheres enfrentam diariamente ao buscarem transformações significativas em um meio essencialmente burocrático e conservador, também é resultado de um contexto histórico relacionado ao poder e processo de empowerment (Pinto, 2012). Este processo de empowerment em um contexto social é interpretado pelas entrevistadas “como um grande jogo de poder” e “uma briga diária por direitos”. O que reforça os aspectos voltados a competências coletivas e pela busca de transformações destacadas na teoria do processo de empowerment.

Por fim, sabe-se que o percentual de mulheres na política aumentou consideravelmente nos últimos anos, porém, ainda se trata de um número muito baixo. Todavia, apesar dos percalços enfrentados, a representação feminina traz consigo conquistas, que são discutidas a seguir.

3 AS MULHERES E O ACESSO AOS CARGOS SELETIVOS

Nas últimas décadas as mulheres vem adquirindo expressividade, tanto nos meios de comunicação como no ambiente intelectual, a discussão sobre a participação feminina nos espaços formais de poder. Análises de diferentes matizes e interpretações buscam explicar as razões da baixa participação de mulheres na esfera política exemplificada, principalmente, em termos numéricos. A busca de razões históricas e de pressupostos culturais para explicar o fato está também presentes nos argumentos.

A cientista política Lucia Avelar, em um estudo intitulado *Mulheres na Elite Política Brasileira* (2001), introduz variáveis analíticas para explicar as razões da limitada participação de

mulheres na política. Considerando que: as mulheres teriam uma socialização diferente que as estimularia muito mais aos espaços privados; os ciclos de vida da mulher (casar, ter filhos) que demandam energia e tempo longo dificultariam a entrada ou permanência na vida política.

Existem muitos elementos que constroem a presença das mulheres na elite da política brasileira. Como demonstra Araújo (2006), na análise dos processos eleitorais interagem e influenciam vários aspectos vinculados ao sistema eleitoral, à própria conjuntura política, aos contextos culturais e socioeconômicos, entre outros. Dentre tantos elementos para a análise, o sistema eleitoral pode ser visto como um dos fatores restritivos da participação de mulheres na política. De acordo com Araújo (2007, p 535-577):

avalia-se que no caso de sistemas majoritários, de forma intensa, os partidos tendem a selecionar candidatos que maximizem as chances de vitória e minimizem os riscos eleitorais. Assim, as escolhas preferenciais dos partidos se darão no âmbito de uma lógica pragmática, com base na análise e classificação dos candidatos considerados bons de voto ou ruins de voto.

Havendo a questão da discriminação como o sexo feminino no meio eleitoral, os partidos políticos apostam todas as suas fichas nos candidatos homens, pois, a probabilidade de vencer é bem maior e isso acaba que infligindo nas candidatas mulheres que acabam sendo esquecidas não possuem nenhum tipo de apoio político pelos partidos.

4 CONSIDERAÇÕES

Ao investigar a participação das mulheres nas campanhas municipais, José Alves (2003, p.222) reflete sobre os motivos pela baixa representatividade das mulheres nas urnas. De acordo com José Alves, “comumente se afirma que esse fato seria explicado por um eventual machismo do eleitorado e existência de uma rejeição popular à administração do sexo feminino”. Contudo, ao analisar as informações referentes às eleições de 2004, Alves afirma que os dados não referendam essa tese. Para ele, o eleitorado brasileiro não discrimina as mulheres, pois onde existe disputa feminina existe alto grau de sucesso. O problema da baixa presença das mulheres nos executivos municipais, se daria não na disputa do voto nas ruas, mas nas salas fechadas das

convenções partidárias que optam pela tradição da indicação preferencialmente de homens para ocupar cargos políticos” (ALVES, 2012, p.222). Assim, assegura que a questão do crescimento da participação feminina nos vários espaços do legislativo, especialmente no âmbito local, contribuiria para uma maior inserção da mulher no mundo da política e para o crescimento das candidaturas ao executivo municipal.

Parte significativa das análises feitas sobre as razões do *déficit* de mulheres em cargos políticos remetem às dificuldades impostas pelo sistema eleitoral e aos fatores socioeconômicos e culturais como restrições que impedem uma representação feminina igualitária. Via de regra, a referência ao Legislativo está presente em parte relevante das pesquisas, ficando o executivo em um segundo plano. Candidatas eleitas tornam-se assim exemplo da participação almejada abrindo, no entanto, outras possibilidades analíticas.

É nesse espaço que é introduzido uma lacuna que se inseriu na presente pesquisa, voltada para entender não uma avaliação da gestão das representantes executivas, mas refletir sobre o perfil dessas mulheres que conseguem atingir o mais alto cargo na cidade.

Com base em estudos anteriormente realizados por diferentes autores, podemos afirmar que, assim como as vereadoras Estrela Barros, Cláudia Gomes e a candidata a deputada federal, Mary Santos, há diferentes entradas no mundo da política partidária, sendo as mais comuns a participação nos movimentos sociais, de bairro, sindicais; a herança familiar, o apoio aos grupos locais e a ocupação profissional. No entanto, é preciso verificar como isso ocorre em se tratando de representantes mulheres no poder executivo.

Cabe refletir também se a chegada das mulheres ao principal cargo da política local permite de fato que elas se transformem em lideranças políticas reconhecidas entre seus pares, com força para definir novas estratégias, candidaturas e rumos para os seus municípios. O que se percebeu em muitas entrevistas foram falas de várias mulheres que buscam lutar todos os dias para mostrar a sua força e voz com os cargos que exercem no meio político. Quando questionadas se iriam tentar a reeleição para o cargo, muitas afirmaram não querer continuar. Da mesma forma, quando foi questionado sobre os motivos que as fizeram se candidatar, muitas relataram as imposições familiares ou de grupos políticos. Poucas foram as que afirmaram ser um sonho antigo sendo realizado. Isso nos leva a pensar como diversas variáveis discutidas influenciam a não participação expressiva (em termos numéricos) das mulheres nos cargos eletivos. Nos casos analisados, estamos tratando de mulheres que enfrentaram campanhas

políticaserrotaramadversárioese,aindaassim,emmuitoscasosháumsentimentodeinadequação, como se “ali” elas estivessem fora de seus lugares.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO. Clara. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances dasmulheresnaseleiçõesesua interaçõescomascotas.Revistade Ciências Sociais, Rio deJaneiro,Vol. 50, nº3, 2007, p.535 a 577.

ARAÚJO, C. “Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil”. *Estudos Feministas*, vol.9, nº 1, p. 231-252, 2001.

AVELAR, Lucia. Mulher e política: o mito da igualdade. Revista Social Democracia Brasileira,março 2002, p. 40-54.

BARREIRA,Irlys.Imagensritualizadas-
apresentaçãodemulheresemcenários eleitorais.Fortaleza/CE: UFC/FUNCAP/CNPq-Pronex;
Campinas/SP: Pontes, 2008.

BARREIRA, Irlys, Chuva de papéis ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. Rio deJaneiro: Relume Dumará, 1998. Coleção Antropologia da Política.

PINHEIRO, L. S. Vozes femininas na política: Uma análise sobre mulheres parlamentares nopós-Constituinte. Universidade de Brasília, dez. 2007.

PINTO, C. R. J. (2012). Uma mulher “recatada”: a deputada Suely de Oliveira (1950-1974).Topoi(Rio J.), 15(29), 565-587.

Alves,J.E.D.;Pinto,C.R.;Jordão,F.(orgs.).Mulheresnaseleições2010.SãoPaulo:ABCP/SPM
(Associação Brasileira de Ciência Política/Secretaria de Política para Mulheres),2013, p 222.

Miguel, L. F.; Marques, D.; Machado, C. “Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero,partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados”.*Dados*, vol. 58, nº 3, p. 721-747,2015.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. Gênero,neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina. 1 ed. São Paulo:Boitempo Editorial, 2018. 175p.

BIROLI, Flávia; CAMINOTTI, Mariana. The conservative backlash against gender in Latin America: critical perspectives on gender and politics. *Politics & Gender*, v. 16, n. 1, 2020. Special edition.

MESQUITA, N.A.S.; Soares, M.H.F.B.; *Quim. Nova* 2013, 34, 165.

SCOTT, Joan W. "La querelle des femmes" no final do século XX *Revista Estudos Feministas*, volume 9, n. 2, 2001 (no prelo). Tradução de "La querelle des femmes in the late century, *NewLeftReview*.

SACCHET, Teresa. "Partidos políticos e (sub)representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas". In: PAIVA, Denise (Org.). *Mulheres, poder e política*. Goiânia: Cânone, 2012. p. 159-186.

Porque as mulheres ainda concorrem pouco no Brasil? Disponível em [www.maismulheresnopoederbrasil.com.br/.../Por que as mulheres ainda concorrem pouco no %20Brasil.pdf](http://www.maismulheresnopoederbrasil.com.br/.../Por%20que%20as%20mulheres%20ainda%20concorrem%20pouco%20no%20Brasil.pdf). Acesso em janeiro de 2023.

Estatística de Mulheres Cearenses Candidatas, Disponível em [Estatística de candidatos - Ceará — Tribunal Superior Eleitoral \(tse.jus.br\)](#). Acesso em fevereiro de 2023.